



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

A REPRESENTAÇÃO DA CRIANÇA NO OCIDENTE: UMA INCURSÃO HISTÓRICO-CULTURAL

Faní Quitéria Nascimento Rehem*

(UESB)

RESUMO

Pretende-se neste artigo, discutir historicamente o conceito de infância, destacando o lugar social ocupado por esta categoria. A partir de teóricos como Ariés, Freitas, Kramer, Ghiraldelli jr., Postman, Del Priore, serão apresentadas as representações sociais construídas sobre a criança na sociedade ocidental, a partir da Idade Média. Considera-se neste trabalho, a infância como uma categoria social que tem ocupado diversos lugares sociais na história, os quais revelam ser um conceito em construção, haja vista a infância na contemporaneidade e sua marca de categoria incompreendida, abandonada, explorada, mas percebida.

PALAVRAS-CHAVE: Infância, História da Infância, Representações Sociais

INTRODUÇÃO

A infância nem sempre foi percebida pelos adultos incluídos no seu convívio, o que não deveria causar estranhamento, segundo LAJOLO (1999, p. 225), considerando-se a etimologia da palavra infante, infância, que em sua origem latina “recobre um campo semântico estreitamente ligado à idéia de ausência de fala.” Este conceito é constituído a partir dos prefixos e radicais lingüísticos que compõem a palavra: in = prefixo que indica negação; fante = princípio presente do verbo latino fari, que significa falar, dizer.

* Mestre em Educação. Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana. Email: fanirehem@oi.com.br



Por não se falar, a infância não se fala, não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam. E por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer eu, por jamais assumir o lugar do sujeito do discurso, e, conseqüentemente, por consistir sempre em ele/ela nos discursos alheios, a infância é sempre definida de fora. (LAJOLO, idem, p.226)

Essa alteridade em relação à infância é compreendida no fato de à criança não ser dado voz. Ocorre freqüentemente que o adulto refere-se a ela, reportando-se à sua própria infância ou reportando-se à experiência de outrem. O que para SARMENTO (2004, p. 10) significa que “as crianças transportam o peso da sociedade que os adultos lhes legam”

CHOMBART DE LAUWE (1996), afirma que em cada época cada sociedade tem um modo particular de representar para si a criança; ela propõe imagens da criança que revelam e refletem os sistemas de valores e aspirações das quais nem sempre ela tem consciência.(p.135)

A criança nasce em um mundo que já está estruturado pelas representações sociais de sua comunidade, o que lhe garante a tomada de um lugar em um conjunto sistemático de relações e práticas sociais. Segundo Duveen (1999), “a criança é construída como um ser com gênero por aqueles à sua volta, que conseqüentemente vão agir em relação a ela à luz dessa construção”(p. 266).

Para discutir a história da infância, utiliza-se a teoria das representações sociais que são entendidas no presente trabalho, a partir da concepção moscoviana, como um conjunto de conceitos, proposições e explicações originados na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. “Podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum”(OLIVEIRA, 1996, p.106).

Para Chombart de Louwe e Feuerhahn (2001), a representação social está situada na dialética do psicológico e do social. É ao mesmo tempo um mecanismo psíquico, enquanto expressão do espírito humano, e um mecanismo social, enquanto produto



cultural, permitindo a comunicação entre os indivíduos, e particularmente entre as gerações.

Adentrando na história da infância

Essa posição silenciosa, afirmada no início do artigo, a que a infância tem sido muitas vezes confinada foi constatada por alguns teóricos preocupados com a temática. ARIÉS (1981) historiador francês que estuda a história social da criança no continente europeu, através de documentos, diários, túmulos, iconografias e do vocabulário de diferentes épocas faz com que adentremos no processo de construção das representações sociais da infância ao longo da história ocidental. Em sua obra, pode-se conhecer a construção do “sentimento da infância”, que para ele, corresponderia à “consciência” da particularidade infantil, sendo responsável pela distinção entre criança e adulto.

ARIÉS (1981) constata a ausência de referências à criança na arte medieval até por volta do século XIII. Isto, para ele, sugere que a criança passa despercebida para a sociedade, fato justificado pelos altos índices de mortalidade infantil. “O sentimento de que se faziam várias crianças para conservar apenas algumas era e durante muito tempo permaneceu forte” (ARIÉS, idem, p.56).

Segundo o autor, a partir do século XIII a criança vai saindo lentamente do anonimato. Na arte da época, os anjos passam a ser representados na forma de crianças, assim como Jesus ou Nossa Senhora que passam a ser representados como menino ou menina. É um período no qual a infância está relacionada ao sentimento religioso, permanecendo representada dessa forma até o século XVI.

Do final do século XV até o XVI começa a surgir uma iconografia mais leiga, onde a criança é retratada em cenas do seu cotidiano e aparece em meio a adultos nas mais diferentes situações. O que para Ariés, este fato, anuncia o sentimento moderno de infância, que indica a inserção da criança num mundo antes impensado.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

É necessário agora deslocar o foco para o Brasil, onde se situa o objeto de estudo deste trabalho. Para isso, serão utilizados como suportes teóricos DEL PRIORE (1991) e FREITAS (1997), já que ambos desenvolvem um trabalho de coordenação de estudos históricos sobre a infância.

A INFÂNCIA NO BRASIL: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

Uma frase de Manuel da Nóbrega citada por DEL PRIORE (1991) introduz historicamente esta discussão sobre a criança: “Aqui pocas palavras bastam pues todo es como papel en blanco...” (p.10). A partir dessa perspectiva de total desprezo pelo que já existe, inicia-se a construção da história da infância no Brasil. E as primeiras crianças “vítimas” dessa concepção jesuítica são as indígenas, para quem se buscou a elaboração de uma conduta cristã-católica, pois a infância é vista pelos padres como a fase ideal para a catequese. No próprio Regimento do governador Tomé de Sousa, o rei Dom João determinava que “aos meninos porque neles imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos” (Anais do IV Congresso de História Nacional, citado por CHAMBOULEYRON, 1999, p.56).

Para DEL PRIORE (idem), o discurso jesuítico é disciplinador, acusador. É a pedagogia do medo, onde castigos físicos e auto-flagelação passam a ser práticas comuns entre os índios. Mas os jesuítas sofrem decepção à medida que estes chegam à puberdade, oportunidade em que eles recusam os ensinamentos novos e retornam ao velho.

Percebe-se implícita nesse processo de educação jesuítica a concepção de infância: a de uma infância “papel en blanco”, cera virgem, tabula rasa, em que tanto se desejava escrever e inscrever-se. Onde se pode imprimir qualquer cultura, desrespeitando a cultura local e as especificidades infantis.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Mas os padres perceberam, também, segundo CHAMBOULEYRON (1999), que, se no início da missão jesuítica no Brasil o otimismo dava os rumos da conversão do gentio, através das crianças, o mesmo não ocorria com os “anos de puberdade”, que naturalmente chegavam. Os indígenas, à medida que passavam para outra fase, a adolescência, abandonavam o aprendizado recebido pelos padres.

Segundo o autor (idem), para muitos a puberdade marcava a expulsão do paraíso prometido pelos jesuítas. Rapidamente os padres perceberam a dificuldade de evangelização dos nativos, optando cada vez mais por uma conversão pela “sujeição” e “temor”, fortalecendo aos poucos a convicção de que os índios só se converteriam se fossem submetidos a alguma autoridade.

Isto, para RIVERO (1996), é uma derrota da concepção jesuítica de infância diante de uma “criança que demonstra possuir uma história, um passado tão significativo” (idem, p.15). A derrota de uma concepção que não soube ler os sinais específicos que já preenchiam o “papel en blanco”.

Essa experiência jesuítica é, segundo a autora, a preparação para uma outra sociedade que começa a se configurar com a chegada dos dominadores europeus e que constituem aqui uma sociedade patriarcal, onde à figura paterna cabe o zelo, a unidade e a honra da família.

Em tal sociedade não há espaço para a criança, já que todas as atenções são voltadas para a figura do pai-proprietário. Nesse momento histórico surgem segundo Ostetto citada por RIVERO (1996, p.17) três caracterizações de criança: a fase da criança-anjo, o menino-diabo e o homenzinho.

A fase da criança-anjo (de 0 a 5 anos) onde todas as crianças andavam nuas, e que a partir daí as crianças são separadas em castas: vestindo-se as de família com roupas pesadas, diferenciando-as dos outros moleques.

A transformação da criança em menino-diabo (5 a 10 anos) marca uma outra fase, significando uma vitória sobre as doenças e o desprezo dos primeiros anos de vida, com



um pouco mais de força e mobilidade. Nessa mesma sociedade patriarcal, convivem duas infâncias: a da criança branca e a da criança negra escrava – filho de escrava, escravo em miniatura - que começa quando a primeira recebe do pai uma criança negra “de presente”, o qual será seu companheiro nas brincadeiras e seu objeto para usufruir como e quando quiser.

A criança que atinge a estatura de homenzinho (9 a 10 anos) e deverá assumir uma postura sisuda, aprender a cortejar e se vestirá como um homem.

O que chama a atenção é que somente há referências a crianças do sexo masculino. Muito pouco se fala em infância no feminino. Como este texto não tratará de gênero, isto indicará somente como registro e possibilidade de um estudo no futuro.

DEL PRIORE (1999) nos traz a certeza de que “na mentalidade coletiva - do período da colonização - a infância era, então, um tempo sem maior personalidade, um momento de transição e por que não dizer uma esperança?” (1999, p.84) Assinala ainda que há pouquíssimas palavras para definir a criança no passado, quando a marca era a instabilidade e a permanente mobilidade populacional.

Para ela, Galeno (citado em manuais de medicina) era quem melhor definia o que seria a primeira idade do homem:

A “puerícia” que tinha a qualidade de ser quente e úmida e durava do nascimento até os 14 anos; a segunda idade, chamada adolescência, cuja qualidade era ser “quente e seca”, perdurava dos 14 aos 25 anos. Na lógica de Galeno, o que chamamos hoje de infância corresponderia aproximativamente à puerícia (...) que dividia-se em três momentos que variavam de acordo com a condição social de pais e filhos. O primeiro ia até o final da amamentação, ou seja, findava por volta dos três ou quatro anos. No segundo, que ia até os sete anos, crianças cresciam à sombra dos pais, acompanhando-os nas tarefas do dia-a-dia. Daí em diante as crianças iam trabalhar, desenvolvendo pequenas atividades, ou estudavam a domicílio, com preceptores ou na rede pública, por



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

meio das escolas régias, criadas na segunda metade do século XVIII, ou ainda aprendiam algum ofício, tornando-se aprendizes. (DEL PRIORE, 1999, p.85-86).

Nesse mesmo período da história (século XVIII), surge a roda dos expostos – aqui no Brasil, pois na Europa, ocorre na idade média – tendo como objetivo o recolhimento de crianças rejeitadas pela mãe e que consiste numa forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória era fixada no muro ou na janela da instituição encarregada em cuidar. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do outro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta para avisar que um bebê acabava de ser abandonado. (MARCÍLIO, 1997, p.55)

Essas rodas de expostos eram mantidas pelas instituições religiosas. A partir da recepção na roda, as crianças eram mandadas para amas-de-leite, que cuidavam, inicialmente, até os 3 anos, mas eram incentivadas a criar até os 7 e, em alguns casos, até os 12 anos. Essas amas recebiam um estipêndio e a partir daí podiam explorar o trabalho da criança de forma remunerada ou em troca de casa e comida. E como elas raramente aceitavam continuar criando as crianças, quando passava o período de recebimento de salários, muitas crianças ficavam sem ter para onde ir. A partir daí, segundo MARCÍLIO (1997), eram levadas a procurar a prostituição, pequenos furtos ou esmolas para sobreviver.

Essas rodas de expostos foram insuficientes em número para atender à demanda em todas as épocas. Isto fazia com que parte considerável dos expostos acabasse “por morrer logo após o abandono, por fome, frio ou comidos por animais antes de poderem encontrar uma alma caridosa que os recolhesse dos caminhos, portas de igrejas ou de casas, praças públicas ou até monturos de lixo” (idem, p.67).

No século XIX, a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, segundo RIVERO (1996), contribui para o processo de independência política, concretizado de forma conservadora. Embora independente, o Brasil mantém sua estrutura econômica



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

(trabalho servil, monocultura, latifúndio), havendo ainda outros fatores que interferem na realidade nacional causando mudanças: a abolição, o fim das restrições comerciais e a reestruturação das cidades.

Após a abdicação de D. Pedro, anuncia-se uma crise social em que trabalhadores pobres (negros, índios) não conseguem penetrar na estrutura social e uma minoria branca usufrui da nova situação urbana. Altos índices de mortalidade infantil geram nos médicos higienistas a necessidade de modificar os hábitos de higiene das famílias da elite.

Com a introdução do médico higienista no seio da família, o pai-proprietário é destronado, a mãe vira rainha e a criança transforma-se no reizinho, herdeiro do futuro que se descortina. Será o ser “em evolução”. Para a autora, essa concepção atinge tão somente as crianças das elites: os futuros dirigentes.

No Império, as crianças das camadas populares ficam à mercê das ações caridosas, o que freqüentemente significa a morte, pois numa sociedade de classes é “impossível assegurar a existência de uma única criança da criança universal” Ostetto apud RIVERO (1996), a criança tomada como referência é a da classe dominante.

Com a República, as atenções começam a se voltar para as crianças das classes trabalhadoras, súditas das novas relações de produção. A preocupação com a infância começa na medida em que a criança é vista como “futuro da nação”, sendo absorvida pelas fábricas juntamente com os pais. É uma realidade social dramática, em que mulheres e crianças (absurdamente a partir dos 5 anos) recebem salários inferiores “ao de homens adultos, aumentando, portanto, o lucro do industrial e barateando a mão-de-obra masculina adulta” (idem, p.23).

Trata-se de um momento histórico em que as camadas populares e, conseqüentemente, suas crianças são lembradas, pois da formação de um povo brasileiro “depende o desenvolvimento da nação”.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Ostetto (1991) apud Rivero (1996) aponta ainda a coexistência de diferentes concepções de infância, defendendo ou condenando a situação da criança na época: para os industriais, para os operários e para o movimento médico higienista.

Para os industriais, a criança é um ser em miniatura que precisa ser protegida, através do trabalho, dos males da rua, do abandono, e ainda tem a vantagem de poder contribuir com o sustento da família;

Para os operários, a criança é um ser frágil e inocente, um ser em desenvolvimento que deve receber proteção e formação na escola. Posicionam-se frontalmente contra a exploração da criança nas fábricas, denunciando o ambiente como nada educativo e saudável;

Para o movimento médico-higienista, a criança é o futuro da nação, por isso necessita de uma educação “bem dirigida”, destinada a constituir o cidadão útil a si e à sociedade, podendo perfeitamente os governos preparar homens felizes que possam conduzir “sua pátria aos destinos que ela merece.” (ibidem, p.25)

O fim da infância? Algumas considerações não-finais

Após toda essa discussão, pode-se imaginar um mundo sem infância? Para POSTMAN (1999) pode-se afirmar que é esse um fenômeno que vem ocorrendo na sociedade atual, onde crianças assumem posições antes atribuídas aos adultos. Em seu livro *O desaparecimento da infância*, o autor discorre (em alguns momentos de uma forma bastante moralista) sobre os impactos que a cultura da comunicação e da informação exerce sobre a sociedade e, particularmente, a infância.

Ele aponta a erotização precoce e o envolvimento de crianças na criminalidade como sinais desse desaparecimento. O autor afirma também que já tivemos na história da infância o tempo das crianças- adultas e dos adultos-crianças. E nesse momento estamos vivendo um outro fenômeno, em que um e outro não se diferenciam. Pode-se perceber essa afirmação, segundo POSTMAN (1999), nas roupas, alimentação, linguagem, profissionalização, e interesses de lazer, entre outros.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Não é concebível que nossa cultura esqueça que precisa de crianças. Mas está a caminho de esquecer que as crianças precisam de infância. Aqueles que insistem em lembrar prestam um nobre serviço (idem, p.167).

A infância como uma criação da modernidade - como afirma SARMENTO (2004, p. 11), “apesar de ter havido sempre, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social de estatuto próprio”, traz as marcas desse novo tempo: Criança pequena com agenda lotada. A televisão que se transforma em babá. Os pais ausentes. Carinho transformado em objeto. O tamagoshi e a afetividade objetificada. Erotização da infância. Sexualidade. Publicidade. (...) Criança sozinha. Criança que manda nos pais. (PEREIRA; SOUZA, 1998, p. 37)

Segundo as autoras da epígrafe acima, a contemporaneidade marca, na relação com a infância, um distanciamento entre adultos e crianças. Distanciamento provocado pelas novas formas de produção e de organização social. Que constrói sujeitos individualizados, solitários. “Solidão cultivada na insensibilidade com que facilmente descartamos o ‘outro’ de dentro de nós”. (PEREIRA;SOUZA, 1998, p. 39).

Para GHIRALDELLI JR. (2002), os sujeitos se apresentam na modernidade como reduzidos a consumidores reais e virtuais. Alterando assim, o significado da infância que passa a ser “um corpo que consome coisas de criança” (idem, p. 38).

O que se percebe ou confirma é que a infância tem sido representada diferentemente ao longo dos anos para os diferentes teóricos, para a pedagogia, para a educação: Ser natural, biológico, homem em miniatura, irracional, menor, feliz, boa, inexistente, violentada, consumidora, isolada, amedrontadora, entre outras.

Enfim, Cabe a cada um de nós que acreditamos que a infância é uma categoria histórico-social, sendo as crianças, portanto, sujeitos do seu tempo, sairmos da denúncia sobre o silêncio imposto a elas , como bem nos ensinou o mestre Paulo Freire e partirmos para o anúncio. Anúncio de novos tempos no tratamento da infância, ou melhor, das infâncias.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. História Social da Criança e da Família. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 1981.
- CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as Crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, M. História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, p. 55-83. 1999
- CHOMBART DE LAUWE, M-J. Um Outro Mundo: A Infância. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo. 1991.
- CHOMBART DE LAUWE, M-J. e FEUERHAHN, N. A representação social na infância. In: JODELET, Denise. As Representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 281-299. 2001.
- DEL PRIORE, M.. História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto. 1999
- DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs). Textos em representações sociais. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, . p. 261-293. 1995
- FREITAS, M. C. de. (org) . História Social da Infância no Brasil . 2ed. São Paulo: Cortez. 1997
- GHIRALDELLI Jr, P. Infância, educação e neoliberalismo. S. Paulo: Cortez. 1996
- KUHLMANN Jr, M.. Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica. 2.ed. Porto Alegre: Mediação. 1998
- LAJOLO, M. Infância de Papel e Tinta. In: FREITAS, M. C. História Social da Infância no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez, p. 225-246. 1997.
- MARCILIO M. L. A Roda dos Expostos e a Criança Abandonada na História do Brasil:1726-1950. In: FREITAS, M. C. História Social da Infância no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez,. p. 51-76. 1997
- POSTMAN, N. O desaparecimento da infância. reimp. Rio de Janeiro: Graphia. 2002.
- PEREIRA, R. M. R. ; SOUZA, S. J. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, S.; LEITE (orgs.). Infância e produção cultural. São Paulo: Papirus, 1998.
- RIVERO, A. S. A Infância na Visão de Profissionais da Educação Infantil Pré-Escolar. Florianópolis, 1996. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/andriv.html>> Acessado em: 10 de julho de 2000.
- SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In> SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: PT: Asa, 2004.
- WARTOFSKY, M. A Construção do mundo da criança e a construção da criança do mundo. In: KOHAN, W. O. e KENNEDY, D. (orgs) Filosofia e infância: possibilidades de um encontro. Petrópolis, RJ: Vozes,. p.89-128. 1999.